

Constituinte deve ser votada até o dia 25, diz Veiga

Da Sucursal de Brasília
da Redação da Folha e
da Reportagem Local

O líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga (MG), 38, anunciou ontem, em Brasília, o propósito de votar as emendas de convocação da Constituinte e da reforma tributária através de esforço concentrado, entre os próximos dias 21 e 25, em vista da possível aprovação do "recesso branco" do Congresso até a data das eleições. Veiga confirmou que a votação será através de um substitutivo redigido pelo deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), relator da comissão mista que aprecia a matéria, que o apresentará à comissão mista no próximo dia 15. O projeto excluirá a questão da convocação da Constituinte para que a parte de autoria do presidente Sarney seja votada em separado, através de um pedido de preferência formulado pela liderança.

Já às 6h30 de ontem, o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), 69, iniciava uma maratona de contatos para viabilizar a aprovação da emenda da Constituinte. Tomou o café da manhã com Bierrembach e Pimenta da Veiga. Em seguida, participou da reunião do Conselho Político no Palácio do Planalto e, à noite, ofereceu jantar às lideranças de todos os partidos e ainda ao relator, ao presidente e ao vice-presidente da comissão mista, senador Helvídio



Sarney se reúne com o seu Conselho Político no Palácio do Planalto

Nunes (PDS-PI) e deputado Oscar Correa (PFL-MG).

Idéias afastadas

Pimenta da Veiga disse que estão afastadas as idéias da Constituinte exclusiva e do delegado constituinte. Indicou que há convergência para a criação de uma comissão legislativa encarregada de elaborar as leis ordinárias durante o período de funcionamento da Constituinte. Sua composição contemplará quinze por cento dos integrantes da Câmara e outro tanto do Senado.

Durante a reunião do Conselho Político, Veiga apresentou proposta de que a Assembléia funcione com uma só presidência, eliminando-se,

no período, as presidências da Câmara e do Senado. O presidente da Assembléia seria o substituto do presidente da República em seus impedimentos ou ausências. A idéia foi combatida pelos líderes do PFL presentes à reunião, deputado José Lourenço (BA), 52, e senador Carlos Chiarelli (RS), 45. Além dos líderes do PFL e de Ulysses Guimarães, participaram da reunião Pimenta da Veiga, o vice-líder do PMDB no Senado, Hélio Gueiros, os ministros Fernando Lyra (Justiça) e José Hugo Castello Branco (Gabinete Civil). O encontro foi presidido por Sarney que, segundo o senador Chiarelli, "não deseja as novidades que vêm

surgindo acopladas à emenda do governo, embora não pretenda se colocar contra as decisões do Congresso".

Veiga disse que se baterá por uma fórmula conciliatória de desincompatibilização. Sua proposta é que ministros e secretários de Estado com mandato parlamentar tenham um prazo de seis meses e os que não detêm mandato sejam obrigados a deixar o cargo de oito a nove meses antes das eleições, se quiserem disputá-las.

Quanto à anistia, Veiga também está procurando uma solução conciliatória, que atenda as partes envolvidas e "desmilitarize" o problema.

Lembo quer opinião de vereadores

O professor Cláudio Lembo, 50, chefe de gabinete do Ministério da Educação e tesoureiro do PFL em São Paulo, está enviando — na qualidade de diretor de Assuntos Culturais do Instituto Tancredo Neves, de Brasília —, aos presidentes de Câmaras Municipais de todo o País, um questionário de pesquisa para que os vereadores opinem sobre temas nacionais. O objetivo é recolher subsídios à Assembléia Nacional Constituinte.

Lembo justifica a pesquisa dizendo que a Câmara Municipal é a casa legislativa mais antiga do Brasil e que não está sendo ouvida nos debates da Constituinte. Segundo ele, "não há um movimento organizado para se ouvir os anseios dos municípios a partir do cenário legislativo municipal".

Da pesquisa, constam dezesseis questões referentes à reforma tributária, à forma de governo, aos direitos individuais, à igualdade entre os sexos, à reforma agrária, aos

partidos políticos, à educação, ao sistema legislativo, aos mandatos, à segurança e à forma de referendado da nova Constituição. Na carta-convide enviada aos legislativos municipais, Lembo pede que os vereadores debatam os temas propostos e façam sugestões de outros.

Em Osasco

A Câmara Municipal de Osasco, município da Grande São Paulo, está realizando sessões especiais nas escolas de 1º e 2º graus para debater a Constituinte. Nessas sessões, realizadas todas as quartas-feiras durante este mês e o próximo, vereadores do PMDB, PFL, PDS, PTB e PT expõem aos estudantes, professores e à comunidade local, suas idéias sobre a Constituinte e a nova Constituição.

A idéia de se deslocar determinadas sessões legislativas às escolas foi uma idéia que surgiu durante o 2º Encontro dos Vereadores da Região Oeste da Grande São Paulo, realizado em setembro.

Dos 60 convidados, só dois aparecem

Os deputados José Genoíno Neto, 39, e Plínio de Arruda Sampaio, 55, ambos do PT, foram os únicos parlamentares da bancada paulista no Congresso Nacional que compareceram ao debate realizado anteontem, às 20h30, pelo Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, na Sala dos Estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, na zona Central de São Paulo. Sessenta deputados — entre eles, o presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães — e três senadores por São Paulo foram convidados. O deputado Flávio Bierrembach (PMDB), relator da comissão mista que aprecia a emenda do governo de convocação da Constituinte, enviou como observador seu assessor jurídico, o promotor Luiz Antonio Marrey, 30.

Até as 19h, apenas o deputado Márcio Santilli (PMDB) havia justificado a ausência, por telegrama. Contatados por telefone pelo Plenário, os governadores José Richa (PR), Esperidião Amin (SC) e Jair Soares (RS), também convidados, lamentaram não poder comparecer.

Falta de quórum

O deputado José Genoíno disse que "há a possibilidade, hoje, de o Congresso não dar o quórum de dois terços necessário para a aprovação da emenda Sarney, criando assim um

impasse com a rejeição tanto da emenda quanto de um possível substitutivo do relator Bierrembach que atenda à vontade popular de convocação de uma Constituinte eleita". Segundo ele, "o novo governo precisa de uma nova Constituição para se legitimar politicamente, e esta é uma pedra no seu sapato, porque uma grande mobilização popular mostrará que a Constituinte congressual não é legítima". Plínio de Arruda Sampaio disse que "o quadro no Congresso dá sinais de mudança pois as pressões populares estão sendo úteis, e o Congresso é sensível a elas".

Os dois deputados dizem que, se for criado o impasse, a saída lógica seria a convocação de um referendado popular sobre a questão da Constituinte congressual ou exclusiva. "Esta proposta é juridicamente exata e politicamente irresponsável", colocou o professor de Direito, Fábio Konder Comparato, 49, membro da coordenação do Plenário.

Ao final do debate, foi aprovada a organização de uma caravana a Brasília na data da votação da emenda do governo, para se manifestar pela sua rejeição e pela convocação de uma Constituinte desvinculada do Congresso. Foi aprovada também a redação de um manifesto pró-referendado e pró-Constituinte eleita.

ANC 88
Pasta 10/85-1
084/1985